



SINOPSE SINTIUS

Informativo diário do Sindicato dos Urbanitários

18/05/2023

Disponível em nosso site: <https://sintius.org.br>



Comissão do Senado rejeita projeto sobre regulamentação de teletrabalho

Em reunião extraordinária da CAE (Comissão de Assuntos Econômicos), realizada nesta terça-feira (16), o colegiado rejeitou PL 10/22, do senador Chico Rodrigues (União-RR), que pretende modificar a CLT (Consolidação das Leis do Trabalho) para regulamentar o regime híbrido de trabalho.

O senador Plínio Valério (PSDB-AM), relator da proposta, indicou no parecer a rejeição e arquivamento do projeto, uma vez que a matéria não traz qualquer avanço na regulação desta modalidade de trabalho.

O parecer contrário ao projeto foi aprovado.

“A categoria bancária foi pioneira na regulamentação do teletrabalho a partir de acordos e da sua Convenção Coletiva de Trabalho, que garantiram direitos superiores aos previstos nas normas vigentes da CLT”, disse Alexandre Caso, que representa o Sindicato dos Bancários de São Paulo, Osasco e Região no Grupo Nacional da Agenda Legislativa das Centrais Sindicais.

“Em relação ao PL 10/22, apesar do relator indicar a sua rejeição, a sua tramitação merece atenção do movimento sindical, uma vez que o parecer é objeto de debate, não significa posição consolidada, sendo possíveis alterações e mudança na posição do relator em relação ao texto”, acrescentou.

O projeto de lei ainda vai ser debatido e votado, em caráter terminativo, isto é, se for rejeitado vai ser arquivado, pela CAS (Comissão de Assuntos Sociais). Todavia, se for aprovado, ainda vai ao exame do plenário do Senado.

Saiba mais em: CNTI, quinta-feira 18 de maio.

Saiba o que acontece com quem não declara o Imposto de Renda 2023

A entrega da declaração do Imposto de Renda 2023 para quem se enquadra nas regras definidas pela Receita Federal é obrigatória. O contribuinte que está obrigado a declarar o IR, mas não envia o documento sofre sanções. O prazo neste ano vai até 23h59 do dia 31 de maio.

Dentre as principais punições atreladas à falta de entrega da declaração estão pagamento de multa e suspensão do CPF (Cadastro de Pessoa Física), que fica "pendente de regularização", de acordo com o fisco, até que o contribuinte regularize a situação.

A multa mínima para o cidadão que é obrigado a declarar, mas não envia o IR no prazo é de R\$ 165,74, mas pode chegar a 20% do imposto devido no ano, de acordo com Marcos Hangui, consultor da King Contabilidade.

Os R\$ 165,74 são aplicados a quem tem imposto a restituir e, em geral, o valor é descontado da restituição. Já a multa de até 20% é aplicada a quem tem de pagar Imposto de Renda. O percentual é calculado sobre o valor do imposto total devido no ano à Receita Federal.

"As duas consequências mais relevantes em caso de atraso na entrega ou não apresentação da declaração [quando obrigatória] são as seguintes: multa estabelecida para o contribuinte de 1% ao mês. Essa taxa será calculada sobre o total do imposto devido, ainda que integralmente pago", diz Marcos Norberto Lima, professor do curso de ciências contábeis da FPMR (Faculdade Presbiteriana Mackenzie Rio).

Jonathas Lisse, advogado tributarista da VRL Advogados, afirma que não entregar o IR no caso de quem é obrigado não é uma opção. Em casos mais graves, segundo ele, a multa pode chegar a 150% do imposto devido ou resultar em prisão, caso haja o indiciamento por sonegação fiscal. "Está na lei, mas é uma situação extrema", explica.

Hangui também concorda que aplicação de multa de 150% e prisão são sanções para casos extremos, que só ocorrem após abertura de processo por parte da Receita, em que há direito de ampla defesa por parte do contribuinte. "Basicamente é quando se detecta que foi ato intencional ou evasão fiscal", afirma.

Saiba mais em: Folha de São Paulo, quinta-feira 18 de maio.

Educação cresce no Brasil, mas economia é crucial para aproveitar avanços, dizem economistas

A educação no Brasil fez progressos importantes ao colocar mais alunos na escola e ampliar os anos de estudo da população, mas é falha em termos de qualidade e inclusão produtiva. Sem crescimento econômico e estabilidade fiscal, o país também continuará patinando para aproveitar os avanços dos últimos anos na área.

A conclusão é de pesquisadores que debateram o tema no seminário online promovido pela Folha e o Ibre-FGV (Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas) "O papel da educação no desenvolvimento".

Participaram os economistas Fernando Veloso, coordenador do Observatório da Produtividade Regis Bonelli, do Ibre-FGV, Samuel Pessôa, pesquisador associado do FGV-Ibre, e Thomas Kang, professor de Economia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, com mediação do repórter especial da Folha Fernando Canzian.

O Observatório da Produtividade Regis Bonelli acaba de disponibilizar em seu site (aberto ao público) dados completos das últimas décadas sobre os avanços do ensino no país, que mostram a melhora e os desafios no setor.

Segundo Pessôa, durante muito tempo o Brasil acreditou que o desenvolvimento viria da acumulação de capital produtivo, e que o aumento da educação seria consequência desse processo. Hoje, afirma, tem-se clareza de que é a educação que deve ser prioridade.

Mas, apesar do aumento nos anos de estudo e da inclusão de mais brasileiros no sistema educacional, o quadro macroeconômico do país não vem abrindo oportunidades a quem estuda mais, e torna-se fundamental estabilizá-lo para que o Brasil e seus estudantes possam aproveitar os avanços.

Em termos de qualidade, Pessôa afirma que a educação poderia se espelhar no que ocorreu na saúde, onde organizações sociais (OS, com participação privada) ajudaram a incrementar o atendimento. Ele também diz que existe um "certo preconceito" em relação ao ensino técnico, o que leva muitos jovens a cursar o ensino superior em áreas em que muitas vezes não obtêm colocação depois.

Para Veloso, apesar das dificuldades, o Brasil avançou muito na área. Segundo ele, até 1992, 2/3 da população ocupada não tinha sequer o ensino fundamental completo. Hoje, 2/3 têm o ensino médio completo. Sem esse avanço, estima, a informalidade no trabalho no país seria hoje cerca de 15% maior. "O problema é que o aumento da educação tem enfrentado um ambiente econômico extremamente inóspito nos últimos anos", afirma

Segundo Kang, um dos problemas da educação brasileira é que durante muito tempo privilegiou-se o ensino superior em detrimento do fundamental, básico e médio, o que vem mudando nos últimos anos. Ele afirma, no entanto, que é difícil esperar saltos na qualidade quando o país tem um passado relativamente recente de baixo nível educacional.

Saiba mais em: Folha de São Paulo, quinta-feira 18 de maio.

Governo deve lançar plano para reduzir imposto de carro

O governo deve lançar no dia 25, Dia da Indústria, um plano de incentivo com foco no setor automotivo. Em discurso no 5º Fórum Paulista de Desenvolvimento, o vice-presidente e ministro da Indústria e Comércio, Geraldo Alckmin, afirmou que o Executivo prepara "boas notícias" para o setor, sem detalhar as medidas.

Em conversa reservada com autoridades que participavam do evento, porém, ele disse que o programa vai incluir, por exemplo, a redução da carga tributária para incentivar a venda de carros populares.

O retorno do carro popular entrou na agenda do governo e, nas últimas semanas, tem sido citado pelo presidente Lula. Para algumas montadoras e para os concessionários, o tema é visto com certa urgência em um momento de queda de vendas, fábricas suspendendo a produção e sindicatos de trabalhadores temendo demissões.

Segundo o prefeito de São Bernardo do Campo, Orlando Morando, anfitrião do Fórum de Desenvolvimento, o vice-presidente indicou que a desoneração da carga tributária deve valer para veículos abaixo de R\$ 100 mil.

"Nós esperamos medidas efetivas para aquecer a indústria. Ele deu pontos que podem estar envolvidos, não há nada conclusivo, mas existe uma expectativa muito grande para veículos abaixo de R\$ 100 mil terem redução na carga tributária como um todo", disse. Empresários do setor também cobraram Alckmin pela volta de mecanismos de financiamento.

Saiba mais em: A Tribuna, quinta-feira 18 de maio.